



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **CREDENCIAMENTO** para a contratação de pessoas jurídicas para a prestação dos serviços de pintor, bombeiro/encanador, eletricista, marceneiro, soldador, calheiro e carpinteiro visando o atendimento das demandas do Município de Patrocínio/MG e seus Órgãos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, em consonância com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, tudo nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 4.560/2025.

1.2. O credenciamento será realizado conforme previsto no **art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, no formato paralelo e não excludente**: caso em que é viável e vantajosa para a Administração Pública a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>UN</u>	<u>QTDE</u>	<u>VALOR UNIT.</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
SERVIÇO DE CALHEIRO: REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARO DE CALHAS, RUFOS, CONDUTORES PLUVIAIS E DEMAIS ELEMENTOS DE ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM TELHADOS, COBERTURAS E ESTRUTURAS DOS PRÉDIOS E INSTALAÇÕES PÚBLICAS, VISANDO À PREVENÇÃO DE INFILTRAÇÕES E DANOS ESTRUTURAIS, COM DESLOCAMENTO DENTRO DO MUNICÍPIO E USO DE EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS ADEQUADOS.	HO	1.056	R\$ 33,50	R\$ 35.376,00
SERVIÇO DE CARPINTARIA: INSTALAR E AJUSTAR ESQUADRIAS DE MADEIRA E OUTRAS PEÇAS TAIS COMO: JANELAS, PORTAS, ESCADAS, RODAPÉS, DIVISÓRIAS, FORROS E GUARNIÇÕES. CONSTRUIR FORMAS DE MADEIRA PARA CONCRETAGEM. REPARAR ELEMENTOS DE MADEIRA, SUBSTITUIR TOTAL OU PARCIALMENTE, PEÇAS DESAJUSTADAS OU DETERIORADAS OU FIXANDO PARTES SOLTAS, COM DESLOCAMENTO PRÓPRIO DENTRO DO MUNICÍPIO E USO DE EQUIPAMENTOS PRÓPRIO ADEQUADOS.	HO	1.056	R\$ 33,49	R\$ 21.232,66
SERVIÇO DE ELETRICISTA: INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSPEÇÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS, GARANTINDO O FUNCIONAMENTO SEGURO E EFICIENTE DAS REDES ELÉTRICAS, PROPORCIONANDO O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EQUIPAMENTOS, ILUMINAÇÃO, MÁQUINAS E OUTROS DISPOSITIVOS ELÉTRICOS COM DESLOCAMENTO PRÓPRIO DENTRO DO MUNICÍPIO E USO DE EQUIPAMENTOS PRÓPRIO ADEQUADOS.	HO	1.056	R\$ 31,01	R\$ 32.746,56
SERVIÇO DE ENCANADOR/BOMBEIRO: INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE SISTEMAS HIDRÁULICOS QUE ENVOLVEM A CONDUÇÃO DE ÁGUA, ESGOTO NAS EDIFICAÇÕES. ASSEGURAR O CORRETO FUNCIONAMENTO DAS TUBULAÇÕES E CONEXÕES, GARANTINDO O ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, INCLUINDO O DESLOCAMENTO NO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG E O USO DE EQUIPAMENTOS ADEQUADOS.	HO	1.056	R\$ 30,40	R\$ 31.102,40
SERVIÇO DE MARCENARIA: FABRICAÇÃO, MONTAGEM, REPARO E RESTAURAÇÃO DE MÓVEIS, ESQUADRIAS E ESTRUTURAS EM MADEIRA OU MDF, CONFORME NECESSIDADE DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. INCLUI CORTE, LIXAMENTO, MONTAGEM, ACABAMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, ARMÁRIOS E MOBILIÁRIO SOB MEDIDA, COM DESLOCAMENTO DENTRO DO MUNICÍPIO E USO DE EQUIPAMENTOS PRÓPRIO ADEQUADOS.	HO	634	R\$ 29,69	R\$ 18.823,46
SERVIÇO DE PINTOR: EXECUTAR ATIVIDADES RELACIONADAS À PINTURA E ACABAMENTO DE	HO	634	R\$ 31,18	R\$ 32.926,08



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

SUPERFÍCIES, APLICANDO TINTAS, VERNIZES E OUTROS MATERIAIS DE REVESTIMENTO, INCLUINDO O DESLOCAMENTO E O USO DE EQUIPAMENTOS ADEQUADOS.				
SERVIÇO DE SOLDADOR: REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDAGEM E CORTE DE METAIS EM ESTRUTURAS, PORTÕES, GRADES, SUPORTES E EQUIPAMENTOS METÁLICOS UTILIZADOS NOS PRÉDIOS E INSTALAÇÕES PÚBLICAS, COM DESLOCAMENTO DENTRO DO MUNICÍPIO E USO DE EQUIPAMENTOS PRÓPRIO ADEQUADOS.	HO	634	R\$ 32,31	R\$ 20.484,54
			TOTAL: R\$ 193.691,70	

1.3. Os quantitativos indicados representam limites máximos estimados para fins de planejamento, não implicando obrigatoriedade de execução mensal nem caracterizando prestação contínua, estando a utilização condicionada à efetiva ocorrência de demandas.

1.4. A contratação do objeto será efetivada mediante formalização do contrato em conformidade com a legislação pertinente, bem como Decretos Municipais nº 4.315/2024, nº 4.553/2025 e nº 4.560/2025.

1.5. Trata-se de serviço necessário ao adequado funcionamento da Administração Pública, de natureza acessória e complementar às atividades finalísticas do Município, prestado de forma eventual e sob demanda. Em razão disso, admite-se a prorrogação contratual, quando demonstrado o interesse público e a economicidade, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante justificativa expressa, desde que mantidas as condições de vantajosidade, observada a legislação vigente, sem prejuízo da continuidade do credenciamento.

1.7. Todas as empresas que se credenciarem aderirão a esta tabela de preços, garantindo a isonomia e a padronização na remuneração dos serviços.

1.8. Os preços são fixos e irrevogáveis dentro do prazo de 1 (um) ano, podendo ser reajustado depois deste prazo, durante a vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

1.9. O Município de PATROCÍNIO/MG, por intermédio da Secretaria demandante, não se obriga a contratar todos os serviços ofertados pelo credenciado, reservando-se o direito de contratar tão somente os serviços necessários e na quantidade adequada à demanda estimada de acordo com os parâmetros definidos por esta Secretaria, e, mediante, a disponibilidade financeira e orçamentária.

1.10. Os quantitativos acima previstos têm como base a expectativa de execução anual do serviço, sem qualquer obrigação de contratação da sua totalidade (artigo 4º, §5º do Decreto Municipal 4.560/2025). Além disso, durante a vigência do credenciamento os quantitativos estimados poderão



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

ser acrescidos, desde que apresentada a devida justificativa e a compatibilidade de recursos orçamentários para tanto (artigo 4º, §6º do Decreto Municipal 4.560/2025).

1.11. Da vigência do credenciamento

1.11.1. O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses contados a partir do da publicação do ato de sua homologação, podendo ser prorrogado de maneira reiterada por igual período mediante justificativa e comprovado interesse público.

1.11.2. O chamamento público será mantido a disposição do público no sítio eletrônico oficial, possibilitando, de forma permanente, durante a sua vigência, o credenciamento de novos interessados (art. 4º, §2º e §3º do Decreto Municipal nº 4.560/2025).

1.11.3. O credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da Administração Pública.

1.11.4. A revogação do credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa para a utilização do credenciamento, bem como dos quantitativos a serem registrados, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para credenciar-se o interessado deverá comprovar a satisfação de todas as exigências deste Termo de Referência e Edital.

4.2. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

4.2.1. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta ao licitante ou o valor do contrato ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigação assumida, tais como: subcontratar o objeto, conforme Decreto Municipal Nº 4.553 de 21 de março de 2025.

4.3. Não será exigida garantia contratual para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, tendo em vista que se trata de contratação por credenciamento para a prestação dos



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

serviços de pintor, bombeiro/encanador, eletricista, marceneiro, soldador e carpinteiro sob demanda e pagamento condicionado à efetiva execução.

4.3.1. A exigência de garantia representaria ônus desproporcional, além de não se justificar diante do baixo risco envolvido, uma vez que os pagamentos ocorrerão após a conferência e aprovação dos serviços prestados. Tal decisão fundamenta-se no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a exigência de garantia como faculdade da Administração a ser avaliada conforme a conveniência e oportunidade no caso concreto.

4.4. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do serviço a ser prestado, uma vez que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A prestação dos serviços ocorrerá de forma não contínua e sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal, mediante a emissão de Autorização de Fornecimento – AF, expedida pela Secretaria requisitante, a qual conterá, no mínimo, a identificação da unidade demandante, o tipo de serviço a ser executado, a descrição sucinta da atividade, o local/endereço de execução e o prazo estimado para início dos trabalhos.

5.2. Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, durante o horário regular de funcionamento do Órgão requisitante, podendo, excepcionalmente, ocorrer fora desse horário, mediante justificativa formal, nos casos de urgência, emergência, ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente reconhecidos pela Administração.

5.3. O prazo máximo para início da execução dos serviços será de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, salvo:

I – justificativa técnica formalmente apresentada pelo credenciado e aceita pela fiscalização; ou
II – hipóteses emergenciais que demandem mobilização imediata, a critério da Administração. O cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos é condição essencial para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos municipais.

5.4. Os serviços serão executados nas unidades administrativas, operacionais, equipamentos públicos e demais imóveis sob responsabilidade do Município de Patrocínio/MG, conforme local expressamente indicado na respectiva Autorização de Fornecimento.

5.5. A empresa credenciada deverá garantir que os profissionais designados para a execução dos serviços utilizem, de forma adequada e contínua, os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, compatíveis com cada atividade desempenhada, observando rigorosamente as normas de Segurança,



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

Higiene e Medicina do Trabalho, em especial aquelas previstas na legislação trabalhista e regulamentações vigentes.

5.6. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços ficarão a cargo dos Fiscais e Gestores do Contrato designados pela Secretaria demandante, competindo-lhes: verificar a conformidade técnica dos serviços executados; acompanhar o cumprimento dos prazos e das normas de segurança; fiscalizar o uso adequado dos EPIs; registrar a execução, eventuais inconformidades e a conclusão dos serviços; atestar a medição para fins de pagamento, nos termos do **Decreto Municipal nº 4.727/2025**.

5.7. Os **materiais de consumo e peças de reposição**, quando necessários à execução dos serviços, serão fornecidos pelo Município, conforme a natureza do serviço autorizado, cabendo à empresa credenciada o fornecimento das **ferramentas, equipamentos e instrumentos de uso individual**, necessários à perfeita execução das atividades.

5.8. Caso a execução do serviço dependa do fornecimento de materiais, peças ou componentes a serem providenciados pela Administração Pública, o prazo para início e/ou conclusão da execução ficará automaticamente suspenso até a efetiva disponibilização desses itens ao credenciado. Nessa hipótese, a contagem do prazo será retomada a partir da comunicação formal ao prestador acerca da disponibilização integral das peças ou materiais necessários.

5.9. A remuneração dos serviços prestados será efetuada por hora efetivamente trabalhada, observados os valores unitários estabelecidos na Tabela de Preços constante do item 1.1 deste Termo de Referência. A medição será realizada pela Secretaria demandante, com base nos registros de execução devidamente atestados pelo servidor responsável pela fiscalização.

5.10. A unidade de medida adotada será homem-hora (HH). O pagamento ficará condicionado à apresentação de relatório de execução dos serviços, contendo a descrição das atividades realizadas, o período de execução e a carga horária efetivamente trabalhada, devidamente atestado pelo fiscal designado, na periodicidade definida no edital, vedado o pagamento sem a comprovação da efetiva prestação dos serviços, não sendo admitidas medições por estimativa.

5.11. A empresa credenciada deverá manter controle formal do horário de início e término das atividades, em formulário próprio, contendo a identificação do profissional, do serviço executado e do local de execução, com a assinatura do responsável pela fiscalização, servindo tal registro como base para a medição, o atesto e o pagamento dos serviços.

5.12. A contratação decorrente deste credenciamento não gera vínculo empregatício entre o Município e os profissionais alocados pelas empresas credenciadas, uma vez que não haverá subordinação



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

jurídica, pessoalidade ou exclusividade, cabendo à Administração apenas a fiscalização do cumprimento do objeto e do resultado dos serviços prestados.

5.13. Os serviços possuem natureza eventual, acessória e complementar, não se destinando à substituição de servidores públicos efetivos nem à execução de atividades permanentes da Administração.

5.14. A execução dos serviços observará o ciclo operacional completo, incluindo:

- a) Mobilização das equipes com profissionais qualificados, devidamente uniformizados e equipados;
- b) Disponibilização de todas as ferramentas, equipamentos, EPIs e insumos auxiliares, inclusive transporte até o local da prestação;
- c) Execução do serviço com base nos parâmetros técnicos definidos, atendendo às normas da ABNT, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demais regulamentações setoriais;
- d) Elaboração e entrega de relatório sintético da execução, a ser encaminhado ao fiscal designado para fins de recebimento provisório e definitivo.

5.15. Descrição dos serviços:

a) PINTOR

- **Descrição da Atividade:** Execução de pintura interna e externa de edificações públicas, incluindo preparação de superfícies (lixamento, limpeza, aplicação de massa, selador e tinta), remoção de resíduos, realizado por profissional qualificado, com disponibilização de ferramentas e EPIs.
- **Equipamentos e Ferramentas disponibilizadas pelo Prestador:** Pincéis, rolos, bandejas, lixas, espátulas, escadas, andaimes, latas/baldes para mistura, e outros conforme necessidade do serviço.
- **EPIs Obrigatórios disponibilizados pelo Prestador:** Luvas, máscara para pó e solventes, óculos de proteção, capacete, uniforme e cinto de segurança (quando necessário) e outros conforme necessidade do serviço.
- **Materiais fornecidos pelo Município:** Tintas, seladores, massas, solventes e demais produtos aplicáveis.

b) ELETRICISTA

- **Descrição da Atividade:** Instalação, manutenção e reparo em instalações elétricas de baixa e média tensão, descarte de materiais de forma adequada, realizado por profissional qualificado em conformidade com as normas técnicas (NR-10), fornecimento de ferramentas, EPIs.



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

- **Equipamentos e Ferramentas disponibilizadas pelo Prestador:** Alicates, fio de fenda, testador de tensão, multímetro, escada, passadores de cabo e outros conforme necessidade do serviço.
- **EPIs Obrigatórios disponibilizados pelo Prestador:** Luvas isolantes, óculos de proteção, capacete, botas isolantes, vestimenta com isolamento dielétrico e outros conforme necessidade do serviço.
- **Materiais fornecidos pelo Município:** Fios, cabos, disjuntores, tomadas, interruptores, conduítes, eletrodutos, quadros e outros.

c) ENCANADOR/BOMBEIRO

- **Descrição da Atividade:** Instalação, reparo e manutenção de redes hidráulicas, sanitárias e de esgoto, realizado por profissional qualificado conforme normas, com fornecimento de EPIs e ferramentas.
- **Equipamentos e Ferramentas disponibilizadas pelo Prestador:** Chaves grifo, chave de tubo, alicate bomba d'água, cortador de PVC, furadeira e outros conforme necessidade do serviço.
- **EPIs Obrigatórios disponibilizados pelo Prestador:** Luvas impermeáveis, óculos, máscara, uniforme, botas de borracha e outros conforme necessidade do serviço.
- **Materiais fornecidos pelo Município:** Tubos, conexões, registros, torneiras, válvulas, caixas d'água e outros.

e) MARCENEIRO

- **Descrição da Atividade:** Fabricação, montagem, reparo e restauração de móveis, esquadrias e estruturas em madeira ou MDF, conforme necessidade dos órgãos municipais. Inclui corte, lixamento, montagem, acabamento e instalação de portas, janelas, armários e mobiliário sob medida, realizados conforme normas técnicas e padrões de qualidade da Administração.
- **Equipamentos e Ferramentas disponibilizadas pelo Prestador:** Serra circular, furadeira, parafusadeira, lixadeira, formões, martelo, trena, esquadro e demais ferramentas manuais ou elétricas necessárias.
- **EPIs Obrigatórios disponibilizados pelo Prestador:** Luvas de proteção, óculos, máscara contra poeira, protetor auricular e uniforme apropriado.
- **Materiais fornecidos pelo Município:** Madeira, MDF, compensado, dobradiças, puxadores, parafusos, colas e demais insumos necessários.

g) SOLDADOR



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

- **Descrição da Atividade:** Realização de serviços de soldagem e corte de metais em estruturas, portões, grades, suportes e equipamentos metálicos utilizados nos prédios e instalações públicas. Os serviços deverão ser executados conforme normas técnicas e de segurança, garantindo resistência e acabamento adequado.
- **Equipamentos e Ferramentas disponibilizadas pelo Prestador:** Máquinas de solda elétrica, MIG ou TIG, esmerilhadeira, furadeira, martelo de soldador, escova de aço, trena, esquadro e demais ferramentas necessárias.
- **EPIs Obrigatórios disponibilizados pelo Prestador:** Máscara de solda, avental de raspa, luvas de raspa, mangote, botas de segurança, óculos e protetor auricular.
- **Materiais fornecidos pelo Município:** Eletrodos, arames, gases, chapas, perfis metálicos, parafusos e demais insumos necessários.

h) CARPINTEIRO

- **Descrição da Atividade:** Execução de serviços de fabricação, montagem, instalação, manutenção e reparo de estruturas em madeira utilizadas pelas secretarias municipais. Inclui confecção e ajuste de caixarias, formas para concreto, escoramentos, telhados, assoalhos, divisórias, pérgolas e demais estruturas de madeira necessárias às obras e manutenções municipais. Envolve medição, corte, desbaste, montagem, fixação e acabamento das peças, observando normas técnicas de segurança e padrões de qualidade da Administração, incluindo o fornecimento de EPIs e ferramentas.
- **Equipamentos e Ferramentas disponibilizadas pelo Prestador:** Serra circular, plaina, formões, martelo, marreta, furadeira, parafusadeira, nível, trena, esquadro, serrote, desempenadeira e demais ferramentas manuais ou elétricas necessárias à execução das atividades.
- **EPIs Obrigatórios disponibilizados pelo Prestador:** Luvas de proteção, óculos de segurança, máscara contra poeira, protetor auricular, capacete e uniforme apropriado.
- **Materiais fornecidos pelo Município:** Madeira, vigas, caibros, tábuas, compensado, pregos, parafusos, ferragens, colas e demais insumos necessários à execução dos serviços.

i) CALHEIRO

- **Descrição da Atividade:** Execução de serviços pontuais e eventuais, em caráter emergencial, de confecção, instalação, manutenção e reparo de calhas, rufos, condutores pluviais, pingadeiras, coifas e demais elementos metálicos destinados ao escoamento de águas pluviais em telhados, coberturas e estruturas dos prédios e instalações públicas das secretarias



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

municipais. As atividades destinam-se **exclusivamente ao atendimento de situações urgentes**, tais como vazamentos, infiltrações, desprendimentos, entupimentos ou danos que possam comprometer a segurança, a salubridade ou a integridade das edificações, não se caracterizando como manutenção rotineira ou contínua. Envolve medição, corte, conformação, fixação, vedação e ajustes das peças, observando normas técnicas de segurança e os padrões de qualidade da Administração, incluindo o fornecimento de EPIs e ferramentas.

- **Equipamentos e Ferramentas disponibilizadas pelo Prestador:** Tesoura para corte de chapa, dobradeira manual, furadeira, parafusadeira, rebidadeira, esmerilhadeira, martelo, trena, nível, escada, selantes e demais ferramentas manuais ou elétricas necessárias à execução das atividades.
- **EPIs Obrigatórios disponibilizados pelo Prestador:** Luvas de proteção, óculos de segurança, máscara de proteção contra poeira e partículas, protetor auricular, capacete, cinto de segurança tipo paraquedista (quando aplicável) e uniforme apropriado.

5.16. Da Distribuição da Demanda

5.16.1. O critério de distribuição da demanda será aquele previsto no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, ou seja, será realizado no formato paralelo e não excludente, ocasião em que será adotado um sistema de rodízio entre os credenciados.

5.16.2. Buscando preservar a isonomia entre os credenciados e a rotatividade entre eles, excluindo a vontade da Administração Pública na escolha por credenciado, aplicar-se-á sistema de rodízio, por categoria de serviço.

5.16.3. Todos os credenciados contratados formarão uma lista por ordem cronológica dos protocolos de documentos em conformidade com o edital de chamamento com vistas ao credenciamento. Será considerada a inscrição somente quando todos os documentos exigidos no Termo de Referência e Edital forem apresentados na sua completude e regularidade.

5.16.4. A fiscalização dos serviços ficará a cargo do Gestor e Fiscais do Contrato de cada unidade demandante, a qual ao necessitar de serviços, objeto deste credenciamento, buscará na lista de credenciados e submeterá ao primeiro colocado, na categoria correspondente ao serviço demandado, autorização de fornecimento, constando as informações básicas da necessidade.

5.16.5. Concluído o credenciamento, a partir do surgimento da demanda, os credenciados serão comunicados por meio eletrônico acerca da convocação de credenciados por ordem de protocolo.

5.16.6. Enviada a Autorização de Fornecimento o credenciado estará autorizado a realizar o serviço, porém a contagem de horas passa será iniciada a partir do momento que o trabalho foi iniciado.



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

5.16.7. No caso de recusa ou impossibilidade de executar o serviço o credenciado declina do direito de realizar este, vai para o final da lista de credenciados e a ordem de serviço será encaminhada para o credenciado seguinte, sendo vedado ao credenciado a escolha de aceite em decorrência da Secretaria demandante, e, ao recusar o serviço de forma injustificada para aquela categoria, irá passar ao final da fila, e, poderá ainda sofrer as sanções administrativas cabíveis, se for o caso.

5.16.8. O Município não tem obrigatoriedade de contratar quantidades mínimas ou máximas, devendo a contratada fornecer apenas quantidade solicitada.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas contidas nos art. 92, incisos I ao XX, § 1º ao 7º, da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotada tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 4.315, de 2024, Decreto Municipal 4.727/2025 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. O (a) fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

6.8. O (a) fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandas a decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá a Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, Art.121 §1º).

6.11. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.12. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

7.1.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser reparado/corrigido imediatamente, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá imediatamente a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da correta execução do serviço e, conseqüente, aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

7.1.5. O prazo para a solução pelo contratado de inconsistências na execução do objeto, de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2. Prazo de faturamento/pagamento

7.2.1. O faturamento será **mensal** e deverá ser entregue para atestamento no início do mês subsequente à prestação do serviço na Gerência da Secretaria solicitante.

7.2.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação de nota fiscal eletrônica regular emitida em estrita conformidade com o empenho e contendo os mesmos dados do contratado, incluindo o mesmo CNPJ informado no credenciamento. Notas fiscais emitidas por filiais, terceiros ou com dados divergentes do fornecedor licitante não serão aceitas, suspendendo o prazo de pagamento até a regularização, à custa do contratado.

7.2.2.1. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.

7.2.2.1. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

7.3.2. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB NO 1234 de 2012 de acordo com a Portaria SMFA no 11/2023 c/c S50, artigo 20 da IN RFB NO 1234.

7.3.3. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 40 da IN RFB N O 1234.

7.3.4. O contratado somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente contratados, quando autorizados pelas Secretarias solicitantes e efetivamente prestados. Os procedimentos executados serão conferidos e confirmados pelas Secretarias através do (s) respectivo (s) Fiscal (s) e somente após será encaminhado para o pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O prestador interessado em participar do credenciamento deverá encaminhar o pedido de credenciamento e todos os documentos de habilitação, que serão analisados pelo Agente de www.patrocinio.mg.gov.br – (34) 3839-1800 – Praça Olímpio Garcia Brandão 1.452, Cidade Jardim
CEP 38747-050



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

Contratação ou Comissão à medida que forem sendo recebidos, em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega.

8.1.2. Será considerado habilitada a empresa que apresentar corretamente toda a documentação exigida.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Pedido de credenciamento, conforme anexo I, contendo todos os dados do proponente, bem como a relação e valor dos serviços a serem prestados, conforme valores na tabela constante no item I deste Termo de Referência.

8.3. Habilitação Jurídica

8.3.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3. Sociedade empresária ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.3.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

8.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

8.4.1. Cópia do documento de Identidade e CPF do representante legal da empresa;

8.4.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ;



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

8.4.3. Prova de Regularidade com a Receita Federal*;

8.4.4. Prova de Regularidade com a Receita Estadual*;

8.4.5. Prova de Regularidade com a Receita Municipal*;

8.4.6. Certidão de Regularidade do FGTS*;

* Poderá ser apresentada certidão positiva com efeito de negativa,

8.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943;

8.4.8. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 70 da Constituição da República.

8.4.9. Declaração que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público municipal.

8.4.11. Declaração de concordância com os serviços e valores e que tomou conhecimento de todas as informações, condições, bem como os locais para a execução dos serviços.

8.5. Habilitação Econômico-Financeira

8.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.5.2. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

8.6. Habilitação Técnica

8.6.1. A empresa interessada deverá apresentar, para fins de habilitação, pelo menos um Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução anterior de serviços compatíveis com a atividade objeto do credenciamento, atestando que os serviços foram realizados de forma adequada e satisfatória, demonstrando a aptidão necessária para a prestação dos serviços deste chamamento público.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Das obrigações do Município Contratante:

9.1.1. Receber provisória e definitivamente o objeto, conforme especificações, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

9.1.2. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor ou comissão especialmente designada, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a CONTRATADA, quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da empresa.

9.1.3. Prestar esclarecimentos e informações a Contratada que visem orientar o profissional na correta prestação dos serviços pactuados;

9.1.4. Comunicar a CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas e irregularidades verificadas no serviço aplicado, para que seja corrigido.

9.1.5. Atestar as notas fiscais/fatura, por servidor competente.

9.1.6. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa prestar o serviço dentro das normas do contrato.

9.1.7. Efetuar o pagamento à empresa a ser contratada, em até 30 dias após a entrega dos serviços e a conferência da nota fiscal, caso a prestação de serviço se inicie em meado do mês, serão pagos os dias proporcionais para que sejam emitidas notas fiscais mensais para pagamento dos serviços prestados mês a mês;

9.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9.1.9. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do contrato.

9.1.10. Exercer as demais competências constantes dos Decretos Municipais no 4.315/2024, no 4.553/2025 e no 4.560/2025.

9.2 Das obrigações do Contratado

9.2.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de utilizar os materiais e equipamentos ao cumprimento do objeto contratado.

9.2.2. A credenciada será a única responsável pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;

9.2.3. Arcar com todas as despesas pertinentes ao serviço contratado, tais como tributos e demais encargos.



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

- 9.2.4. A(s) Credenciada(s) deverá(ão) comunicar à Credenciante qualquer irregularidade(s) de que tenha(m) conhecimento.
- 9.2.5. Manter, durante execução do objeto deste Termo de Referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 9.2.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, na prestação dos serviços à Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG.
- 9.2.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG em qualquer etapa da execução do objeto;
- 9.2.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 9.2.9. É expressamente vedada sob nenhum pretexto, à transferência de responsabilidade da(s) credenciada(s) para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros, para a execução do serviço do objeto;
- 9.2.10. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (email) e telefone;
- 9.2.11. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- 9.2.12. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG, ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido, tudo nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Advertência;
- 10.2. Multa que pode variar entre 05% até 30%;
- 10.3. Impedimento de licitar e contratar e;
- 10.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

10.5. Na aplicação das sanções serão analisadas:

- 10.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.5.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Outras Considerações:

- 10.6.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;
- 10.6.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa moratória, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor do empenho correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento), salvo se outro percentual estiver previsto no instrumento convocatório da contratação;
- 10.6.3. A aplicação de sanção de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções;
- 10.6.4. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para este fim a que se destina;
- 10.6.5. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta ao licitante ou o valor do contrato ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas conforme o DECRETO Nº 4.553 DE 21 DE MARÇO DE 2025;
- 10.6.6. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

mg



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

10.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 193.691,70 (cento e noventa e três mil, seiscentos e noventa e um reais e setenta centavos), conforme valores apostos na tabela disposta no item 1.

11.2. Os preços inicialmente CONTRATADOS são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme disposto na tabela no item 1 deste Termo de Referência.


12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


12.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pelas respectivas dotações orçamentárias de cada Secretaria demandante, cujo elemento da despesa será: *Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica*.

13. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:

13.1. As unidades responsáveis serão todas as Secretarias que utilizarão os serviços, bem como seus respectivos gestores e fiscais de contratos, conforme Decreto Municipal nº 4.727/2025.

Patrocínio/MG, 26 de janeiro de 2026.


Mariana Ribeiro Gorreri
Equipe de Planejamento


Aldo Cândido Roriz Junior
Secretario Municipal de Administração